

COMERCIANTES PORTUGUESES E MISSIONÁRIOS NO JAPÃO

Jorge Henrique Cardoso Leão*

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as relações de cooperação entre os mercadores portugueses e os missionários no encontro com a civilização japonesa ao longo da segunda metade do século XVI. Este caso em particular nos faz pensar que apesar da diferença dos interesses desses dois grupos sociais, ambos precisavam um do outro para sobreviver no Além-mar. Os mercadores abriam espaço para as relações políticas e davam suporte logístico aos padres. Já os missionários encarregavam-se de aproximar os mercadores da população local. Pois iriam atuar como mediadores culturais capazes de traduzir os sistemas culturais da civilização japonesa.

Palavras-Chave: História dos Jesuítas no Oriente XVI. Jesuítas no Japão XVI. Mediações Culturais.

Abstract: This article aim to analyze the co-operation between Portuguese merchants and the missionaries meeting the Japanese civilization during the second half of 16th Century. While the merchants were opened the politics contacts with the Japanese nobility, the missionaries were able to approach the native people, when the priests translated their cultural systems.

Key-Words: Jesuits in the Far East 16th. Jesuits in Japan in 16th. Cultures Mediations.

È possível dizer que campos do conhecimento científico, como os da ciência política e o das relações internacionais têm dedicado parte de seus estudos aos temas referentes à expansão ultramarina europeia do século XV e XVI, na tentativa de promover modelos comparativos que possam delinear um marco histórico das relações políticas e econômicas em escala global. Porém, autores mais renomados como Raymond Aron considera tal comparação um exagero. Segundo esse autor, não se pode falar de relações internacionais antes da criação dos estados-nações, oriundos dos acordos diplomáticos desenrolados na Paz de Westfália, de 24 de outubro de 1648¹.

* Mestrando em História Social (UERJ), pós-graduado em História Militar (UNIRIO), graduado em História (UGF), bolsista de produção científica – nível de mestrado – pela FAPERJ, atua como pesquisador discente – nível de mestrado – da Companhia das Índias (UFF) e do Núcleo de Estudos Inquisitoriais (UERJ). Áreas de interesse: História dos Jesuítas no Oriente; Identidades Culturais e Representações Religiosas no Mundo Colonial; Inquisição no Mundo Colonial. E-mails: jorgehcleao@sapo.pt ou jorgehcleao@hotmail.com (alternativo).

¹ ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986.

No que se refere à historiografia do além-mar tem-se dado maior preocupação de seus estudos para os pontos de conexão e do império ultramarino português. Autores como Charles Boxer, Luiz Felipe Thomaz, Francisco Bethencourt, A.J. Russel-Wood, Kirti Chaudhuri e Jorge Flores, por exemplo, tratam a criação do império português como fruto de planejamentos distintos, porém coerentes. Eram distintos, pois partiam da premissa dos interesses privados de cada estamento; e coerentes, pois cada um desses interesses se relacionava com o objetivo do reino português¹.

Estendendo nosso campo de reflexão, podemos caracterizar a descoberta do mundo pelos portugueses durante os séculos XV e XVI, como o início das relações entre o homem e o mundo. De fato não podemos negar que nesta mesma época os europeus entraram em contato com civilizações até então desconhecidas, como no caso do Japão e das civilizações da América; assim como de civilizações conhecidas somente por cronistas da antiguidade ou da idade média – *a indiana e a chinesa* – assim como de povos do centro e do sul da África². Apesar de tudo isso, ainda sim é um exagero dizer que os homens desta época viveram o primeiro momento do mundo das relações internacionais. Por mais que o mundo colonial estivesse entrelaçado pelas rotas comerciais das especiarias, não havia um mercado mundial em alta circulação como nos tempos mais recentes da história. Isso sem contar que por mais que Portugal fosse um estado soberano desde o século XIII, a influência do poder da igreja católica sobre as nações européias pareceu estimular ainda mais a falta de coesão plena de um projeto colonial³. A crença do rei e de sua burocracia, no papel da igreja, no mundo colonial, fazia com que ambos soubessem que a atuação missionária constituía um ponto importante no projeto colonial. Em geral, os missionários atuavam como elo de aproximação entre os europeus e os selvagens do além-mar⁴.

¹ BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969. THOMAZ, Luís Felipe F.R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. in HESPANHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. BETHENCOURT, Francisco; RUSSEL-WOOD, A.J. e CHAUDHURI, Kirti; com seus respectivos artigos presentes na obra: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa: a formação do império (1415-1570)*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. v.1.

² CHAUNU, Pierre. *Conquista e Exploração dos Novos Mundos (século XVI)*. São Paulo: Ed. USP, 1969.

³ FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. in HESPANHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

⁴ BOXER, Charles Ralph. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Este artigo tem por objetivo analisar as relações de cooperação entre os mercadores portugueses e os missionários no encontro com a civilização japonesa ao longo da segunda metade do século XVI. A dinâmica estabelecida a partir dessas duas categorias sociais nos faz refletir acerca das estratégias de sobrevivência e de adaptação desenvolvidas pelos portugueses frente à complexidade estrutural das civilizações orientais do além-mar. Pois, onde para se obter o devido sucesso, por mais que houvesse choques, os interesses dos mercadores e dos missionários precisavam caminhar lado a lado.

Para dar conta do assunto proposto, em termos teóricos, estaremos utilizando o conceito da densa descrição cultural fundamentada por Clifford Geertz, pois se torna necessário descrever e examinar o comportamento público e o conjunto dos significados de cada civilização para tentar compreendê-la¹. Em outras palavras, é válido entender como os comerciantes e os missionários compreendiam as civilizações do além-mar; assim como – *no caso do Japão* – os missionários e os comerciantes eram compreendidos por eles. Como reforço teórico da densa descrição cultural de Clifford Geertz, o presente trabalho procura se utilizar dos conceitos estabelecidos por Pierre Bourdieu no que se refere à noção de *habitus*, campo e de capital² e do conceito da visão do outro, expresso em Tzvetan Todorov e o da mestiçagem cultural em Serge Gruzinski³.

Começaremos a analisar agora os objetivos que levaram a formação do império português. Porém, antes de tudo é necessário fazer menção a reflexão esboçada por Henk Wesseling do qual propõe um estudo entrelaçado da história do além-mar com a história global⁴. É de certo também dizer que autores como George Winius e Bailey W. Diffie consideram que antes mesmo da chegada dos portugueses, o oriente fora um vasto palco de circulação e de disputas, em todos os âmbitos, das diversas civilizações. Dentre esses grandes acontecimentos ocorridos entre os séculos X ao século XV,

¹ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

² O sociólogo francês Pierre Bourdieu considera como *habitus* o conjunto constituído de todas as experiências passadas, matriz de percepções, apreciações e ações; ele se refere a *capital* como um conceito que discute a quantidade de acúmulo de forças e agentes em suas posições no campo; e define *campo* como o espaço simbólico nas quais as lutas entre os agentes determinam e legitimam as representações simbólicas. Cfr. BOURDIEU, Pierre. Sérgio Micelli (org). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

³ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. e GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴ WESSELING, Henk. História do Além-mar. in BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

podemos destacar a expansão islâmica e a formação dos grandes impérios continentais¹. A partir disso, vale salientar que no oriente português, assim como as mercadorias, os indivíduos e suas idéias iam de um local para o outro. Cria-se sobre esse cenário de idas e vindas um dinamismo cultural que acabou por condicionar sua evolução no processo histórico.

O historiador português Jorge Flores diz que o próprio reino e os comerciantes são o primeiro pilar de sustentação do império oriental. No oriente português, o estado atuava em sua composição e administração institucional, como absoluto. Reflexo das monarquias européias desta época. Mas, no caso da vida e da diplomacia local, teria que atuar com maior dinamismo e flexibilidade para manter seu êxito de funcionamento no seu devido lugar. Por isso, a criação do

Estado da Índia é, assim, uma entidade difusa e flexível, características essenciais para poder lidar com sociedade e culturas extraordinariamente diversas, que não reconhecem a linguagem político-diplomática da metrópole da Europa de então.²

Com relação ao aspecto da própria geografia do império oriental, Jorge Flores afirma que “*o desbravamento da geografia física vai de par com o conhecimento da geografia humana.*”³ Pois à medida que o interesse do estado português torna-se o de explorar e controlar as grandes rotas comerciais das especiarias, faz-se necessário ter o conhecimento das sociedades locais, dos seus sistemas políticos e simbólicos; a fim de estabelecer um grande círculo de informações necessárias a exploração geográfica do local. Porém, vimos acima, que devido à complexidade civilizacional do oriente, a consolidação de um território português na região passou por sérias formas de resistência. Por isso, outra característica da construção imperial está legitimada pelo exercício da guerra; e junto dela caminhava a diplomacia portuguesa⁴.

A dificuldade de se formar um estado português no oriente que se ligasse por inteiro em vias terrestres, foi compensado pelas ligações oceânicas. A.J.R. Russell-Wood afirma na íntegra que “*os mares constituíram as forças unificadoras daquilo que*

¹ DIFFIE, Bailey W. e WINIUS, George D. *A Fundação do Império Português (1415-1580)*. Lisboa: Veja, 1993. v.2.

² FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. in HESPANHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. 17p.

³ FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. in HESPANHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. 19p.

⁴ BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969.

tem vindo a ser designado como império marítimo português pelo famoso historiador inglês Charles Ralph Boxer.”¹

Segundo ainda a teoria de Jorge Flores, o mesmo aponta o papel da igreja como segundo grande pilar de sustentação do império português. Pois para ele “*é da igreja que saem os teóricos e os mentores espirituais da expansão.*”² Mas também, foi no oriente que a ortodoxia do clero experimentou sua flexibilidade. Visto que para o sucesso das conversões, os missionários tiveram que se adaptar, em alguns casos, a realidade local. Segundo o modelo da descrição adotado por Clifford Geertz, podemos dizer que os missionários parecem ter sido os primeiros a darem um passo a frente no entendimento da língua, da cultura e das estruturas políticas e até mesmo das estruturas econômicas dessas civilizações³. Por isso, no mundo colonial a presença missionária fazia-se presente em cada local do mundo colonial. Eles podiam atuar também como intérpretes e embaixadores, isso sem falar no papel que poderiam exercer como médicos, cientistas e até de conselheiros das elites locais⁴.

Vimos até agora que a rigidez das estruturas que delinearam a colonização portuguesa acabou por se moldar a realidade oriental. O que aconteceu na verdade foi que a vida no oriente acabou aos poucos alterando os hábitos, não só dos portugueses, mas também daqueles nativos cujo acabavam tendo contato constante com eles⁵. Visto isso, partiremos para uma rápida análise dos principais aspectos cronológicos que remontam à criação das estruturas do Estado da Índia.

Segundo as palavras de Luís Felipe F.R. Thomaz,

a expressão Estado da Índia designava, no século XVI, não um espaço geograficamente bem definido, mas o conjunto dos territórios, estabelecidos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou

¹ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Portugal e o Mar: um mundo entrelaçado*. Lisboa: Pavilhão de Portugal – Expo’98, 1997. 43p.

² FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. in HESPAÑHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. 33p.

³ No caso do oriente, não nos faltam fontes e exemplos. Ao nos referirmos ao caso do Japão, por exemplo, as correspondências e obras referentes aos três grandes missionários que atuaram na região – São Francisco Xavier, Luís Fróis e Alessandro Valignano – estão cheias de pistas concretas de suas ações para o melhor entendimento e compreensão do cotidiano e da cultura japonesa.

⁴ Destaque para missionários europeus tais como: Matteo Ricci, Luís Fróis, Manuel da Nóbrega, Luís de Almeida, Francisco Xavier, etc.

⁵ Pode-se dizer aqui que se nos deixarmos guiar pela teoria de Pierre Bourdieu, parece que no oriente, o campo do qual os portugueses e os nativos foram postos em convívio acabou por alterar em parte sua noção de *habitus*. Criando assim, uma sociedade mestiça para além da Europa. Cfr. também o artigo de RUSSEL-WOOD, A.J.R. A Sociedade Portuguesa no Ultramar. in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa: a formação do império (1415-1570)*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. v.1.

tutelados pela coroa portuguesa no oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão.¹

Com relação à construção do Estado da Índia, podemos dizer que Vasco da Gama ao chegar a Calicute em maio de 1498, havia notado a importância para Portugal de se estabelecer no oriente um entreposto em terra firme, que abrigasse, seguramente, suas naus. Logo que informado da necessidade estratégica, o monarca português Dom Manuel I se encarregou de fornecer benefícios a fim de promover o comércio e futuras expedições². Contudo, autores mais recentes como Catarina Madeira Santos prefere associar a criação do Estado da Índia a partir do ano de 1505 com a concessão régia a Dom Francisco de Almeida que o legitimava como o primeiro governador-geral da Índia. A mesma afirma que somente em 1510, com a conquista de Goa, esse estado que outrora existia somente no papel, ganharia afirmação de soberania e expressão territorial com a capitalidade exercida por esta cidade³.

A partir da conquista de Goa, uma nova figura iria surgir no mundo português, e seu nome era Afonso de Albuquerque. Como segundo vice-rei do Estado da Índia este homem, segundo Charles Boxer, parece não ter poupado esforços no que se refere à solidificação dos alicerces portugueses na região. Ele fomentou expedições que estimularam novas conquistas, buscou estabelecer embaixadas políticas e comerciais com as localidades, além de dar seqüência ao projeto de construção do aparelho institucional português na região. Pode-se dizer que Goa durante e depois da gestão de Afonso de Albuquerque acumularia cada vez mais funções que fariam dela tão cedo à sede desse estado europeu no oriente⁴.

Outro ponto explorado por Catarina Madeira Santos é que a centralidade de Goa foi requisitada também pela questão da distância e da morosidade das vias de comunicação entre Lisboa e o oriente⁵. Porém, por mais que o modelo político-administrativo ao padrão europeu prevalecesse, na Índia, esse governo sempre tendia a inovação e a adaptação de suas formas. Deveriam ali os portugueses conviver com duas realidades distintas, mas que caminhavam lado a lado. De um lado, as relações pessoais

¹ THOMAZ, Luís Felipe F.R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. 207p.

² PEARSON, M.N. *Os Portugueses na Índia*. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.

³ Cfr. SANTOS, Catarina Madeira. Pressupostos da Capitalidade (cap.1). in _____. *Goa é a Chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. 29-92.

⁴ BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969.

⁵ SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a Chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

típicas das sociedades do antigo regime conviviam com as relações sociais adquiridas no cotidiano do contato com a população nativa.

Sem mais, procurarei não me alongar em tal análise. Porém, vale ressaltar que para melhor compreender a questão elucidada no parágrafo anterior, no caso das regiões consideradas como periferias do império, onde prevaleciam às relações oriundas do comércio marítimo ou da atividade missionária, tais como a baía de Bengala, a Indonésia, a China e o Japão, por exemplo. Por mais que os portugueses tivessem uma ligação intrínseca com as práticas políticas e culturais européias, acabavam por se adaptar a um mundo novo e afastado daquilo que eles consideravam como civilização¹. Este fato, por exemplo, explica o envolvimento dos portugueses com rotas de comércio alternativas e que fugiam do fisco da coroa, assim como o envolvimento de missionários em atividades e práticas altamente questionáveis por Roma.

É sabido que a chegada dos portugueses ao Japão ainda é motivo de controvérsias. Segundo o próprio Armando Cortesão, embora a primeira viagem oficial tenha ocorrido no ano de 1542, os portugueses parecem ter tido contato com *Jihpenkuo* entre os anos de 1534 a 1539². O fato é que antes de se remontar a história da descoberta do Japão, deve-se refletir acerca do papel que os portugueses desempenharam nos mares do extremo oriente, sobretudo, na China. Pode-se dizer que nas duas primeiras décadas do século XVI, o Estado da Índia já havia sido consolidado e seu assentamento territorial parece ter dado maior ousadia e segurança aos portugueses em explorar as rotas comerciais para além do cabo do Comorim. Nesta ótica, o historiador inglês Charles Ralph Boxer se refere ao extremo oriente como um local de intensa atividade comercial³. Antes da chegada dos portugueses, as grandes rotas marítimas que ligavam o comércio entre Malaca, Molucas, Macau, China e Japão, eram exploradas e controladas, sobretudo pelos chineses. Porém, sabe-se que a pirataria japonesa, além dos próprios piratas chineses eram um dos grandes problemas enfrentados pelo Império do Meio desde o século XIII. Quase um século mais tarde, a ascensão da dinastia Ming tratou de consolidar suas fronteiras terrestres – *contra possíveis novas investidas dos mongóis* – e de combater de forma ostensiva a pirataria no mar amarelo. Por isso, essa dinastia chinesa acabou por proibir qualquer tipo de

¹ MARTINS, Maria Odete Soares. *A Missionaç o nas Molucas no Século XVI: contribuindo para o estudo da a o dos jesuítas no oriente*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002.

² CORTESÃO, Armando. A Expansão Portuguesa através do Pacífico. in BAIÃO, Ant nio (coord). *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Editorial  tica, 1939. v.2.

³ Cfr. BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969. 61-85p.

contato com as ilhas do Japão. Ainda segundo a interpretação de Charles Boxer, a dinastia Ming reforçou tanto as fronteiras marítimas de suas cidades costeiras, que aos poucos foram reduzindo o comércio com as demais regiões do extremo oriente¹.

Do outro lado, parece que as notícias sobre a existência do Japão e da China faziam-se presente no imaginário português mesmo antes da chegada da armada de Vasco da Gama ao subcontinente indiano. Por mais que a obra de Marco Polo ainda seja motivo de desconfiança e de exagero, não podemos descartar sua importância para os primeiros exploradores portugueses. É válido lembrar ainda que a obra desse viajante veneziano mencione algumas de suas experiências entre os mongóis e os chineses e traga algumas evidências sobre o Japão. Apesar disso, os rumores de Marco Polo só começariam a fazer grande sentido para os portugueses, quando os mesmos dão início à exploração comercial de áreas para além de Goa².

Vemos a partir disso que num primeiro momento, o dinamismo comercial adquirido pelos portugueses no oriente foi o grande propulsor do contato com sociedades mais afastadas do centro do Estado da Índia. Os primeiros comerciantes e aventureiros que exploraram os mares do extremo oriente, partilhavam de uma premissa imaginária focada nos relatos de marinheiros e piratas nativos, ou até mesmo de lendas ou relatos de outros viajantes europeus. A natureza das fontes de informações recolhidas pelos portugueses acerca das Molucas, da China e do Japão, era extremamente duvidosa. Contudo, mesmo assim, com a ajuda de intérpretes e de excelentes subornos, os primeiros mercadores seguiram rumo as Ilhas das Especiarias – ou *Molucas* – e de lá se aventuraram para comercializar com o tão falado Império do Meio, ou seja, a China³.

Segundo as reflexões teóricas acerca do esquema das paisagens realizadas por John Gaddis, podemos dizer que, à medida que os comerciantes portugueses avançavam sobre esses territórios e entravam em contato com as civilizações do extremo oriente, percebiam logo a mudança do significado de sua paisagem⁴. Por isso, eles foram

¹ BOXER, Charles Ralph. *The Christian Century in Japan (1549-1650)*. Califórnia: University of California Press, 1951.

² Na sua obra “*The Christian Century in Japan*”, o historiador Charles Ralph Boxer considera a expansão portuguesa um fruto mais ligado ao planejamento e aos conhecimentos e tecnologias pré-adquiridos, no mediterrâneo, do que um empreendimento que contava mais com o acaso; assim como nas suas palavras, ocorreu com grande parte das navegações espanholas.

³ BOXER, Charles Ralph. *The Christian Century in Japan (1549-1650)*. Califórnia: University of California Press, 1951.

⁴ John Gaddis trabalha com a idéia de que as paisagens são consideradas um ambiente metafórico e de objetos concretos que expressem uma determinada realidade. GADDIS, John. *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

obrigados a aprenderem a decodificar e saber como proceder, com relação a esse novo esquema de conceitos. É preciso salientar que em termos de mediações, a atividade comercial, primeiramente, abriu espaço para o câmbio cultural entre ambas as civilizações¹. Vale reforçar que essa situação provocou mudanças no *habitus*, tanto dos portugueses quanto dos orientais².

Nos parágrafos anteriores vimos que a relação que os primeiros viajantes portugueses tiveram com as sociedades do extremo oriente contribuíram inicialmente para o primeiro entendimento dos códigos daquelas civilizações. Porém, vale ressaltar aqui que os comerciantes estavam mais interessados no próprio comércio do que em qualquer outra coisa. O fato, por exemplo, deles, assim como dos primeiros missionários terem aprendido as línguas locais e até mesmo o sistema numérico e de escrita, não significa que os mesmos tiveram uma visão antropológica; mas sim, pragmáticas dentro daquilo que ambos se propunham buscar no mundo colonial³.

Do ponto de vista da visão dos comerciantes portugueses, o contato com o extremo oriente abriu as portas para a consolidação de novos mercados, assim como para a própria burocracia estatal foi o início da formação de uma nova rede de poder que haveria de se afirmar a partir do monopólio das viagens realizadas para a China e Japão⁴. Sabemos que a navegação nas proximidades do mar amarelo, atualmente, ainda é complicada. Existem ali zonas de convergência de massas de ar, que alimentam as tempestades e os grandes ventos, além da intensa atividade sismológica, responsável por abalos submarinos que provocam as famosas *tsunamis*⁵. Assim sendo, é legível que desde os escritos de Fernão Mendes Pinto até as primeiras cartas de Francisco Xavier, retrate a preocupação com as condições meteorológicas do local⁶. Neste ponto, podemos

¹ Milton Santos menciona que as atividades humanas em geral agem como objetos mediadores de entendimento entre a sociedade e o espaço. Ou seja, os objetos criados pelos indivíduos para identificar uma nova realidade, acabam fazendo do espaço – *seja ele físico ou social* – um híbrido. SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Lucifel, 1998.

² BOURDIEU, Pierre. Sérgio Micelli (org). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

³ FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. in HESPANHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

⁴ Cfr. A Grande Nau de Amacon. in BOXER, Charles Ralph. *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos de Macau, 1968.

⁵ Do japonês, esta palavra literalmente significa “onda de porto”. Contudo há pessoas que a identifique como “maremoto” ou “grande onda”.

⁶ Cfr. PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005 2v. e Cfr. também as correspondências de São Francisco Xavier in [S.A.] *Cartas Qve os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreuerao dos Reynos de Japao & China (1549-1580)* Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997.

notar a distinção do significado dos símbolos entre as duas categorias. Por mais que o *great ship* intitulado por Charles Ralph Boxer¹ fosse para a época, moderno e resistente a esses tipos de variações da natureza, os comerciantes enxergavam tais fenômenos mais como empecilhos do que como provações divinas, tal qual Francisco Xavier e seus missionários os consideravam.

Em termos de rotas comerciais, a chegada dos portugueses a baía da Deusa A-Má², entre os anos de 1553 e 1554 serviu de grande entreposto comercial e estratégico para o comércio com o Império do Meio. Nesta época, a dinastia Ming que havia se fechado ao exterior, por conta de inúmeras ameaças, atuou com desconfiança com relação à presença portuguesa em Macau. Porém, depois de inúmeras embaixadas o imperador Ming Jiajing, com restrições, permitiu que os portugueses praticassem comércio com a cidade e em 1557, deixou que eles instalassem em Macau uma feitoria³. Em termos territoriais, tendo em vista as devidas proporções da China, pode parecer que uma feitoria em Macau não significasse muito em termos de mercado; porém, os parecem ter sabido explorar de forma grandiosa esse pequeno ponto. O porto de Macau dava acesso direto aos portos da capital do Império do Meio, Beijing e aos portos localizados nas ilhas do arquipélago de Kyushu, no Japão⁴.

Com base no aspecto do poder, podemos observar que rapidamente uma rede ligada às atividades mercantis forma-se nessa região. Se pudéssemos traçar uma rota única que ligasse todas as regiões ela seria apresentada desta forma: o ponto de partida das viagens para o Japão tinha início da capital do Estado da Índia, ou seja, Goa. De lá eram levados os tecidos e utensílios europeus; como parte da grande escala, em Malaca eram comercializados esses produtos, onde parte da carga era trocada por especiarias locais; de Malaca para Macau, o *great ship* levava a maior parte de sua jornada e ali eram adquiridas a porcelana e a seda chinesa; o último ponto da viagem era de fato o

¹ Expressão inglesa que pode designar “nau” ou “caravela” é também intitulada como referência ao título de uma das obras desse historiador inglês. BOXER, Charles Ralph. *The Great Ship from Amacon: annals of Mação and the old Japan trade (1555-1640)*. Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos, 1959.

² A Deusa A-Má acabou cedendo seu nome para Macau, que era também chamada pelos portugueses da época de Amacau.

³ Cfr. BOXER, Charles Ralph. *The Christian Century in Japan (1549-1650)*. Califórnia: University of California Press, 1951. 6-14p.

⁴ COOPER, Michael. The Mechanics of the Macao-Nagasaki Silk Trade. *Monumenta Nipponica*. vol.27, nº4, 1972. 423-433p

comércio com o Japão. Ali se trocavam as mercadorias por prata, que depois era, em parte, comercializada diretamente com os portos chineses¹.

Nesse grande vai e vem de entrepostos, podemos notar que os portugueses conseguiram rapidamente compreender o conjunto de signos desse território fluido que eram as vias marítimas do extremo oriente. Por isso é justo lembrarmos aqui o título sugestivo do historiador A.J.R. Russel-Wood, confirmando que o mundo colonial português, de fato, era entrelaçado mais pelas vias marítimas do que por vias terrestres².

Passado rapidamente por esta reflexão é necessário retomemos o ponto de onde paramos. Como já havíamos falado em parágrafos anteriores, a criação dessa rede mercantil estimulou o crescimento do que Charles Ralph Boxer chamou dos *fidalgos in the far east*³. As primeiras notícias concretas da situação da China e do Japão animaram o monarca português, Dom João III. Mesmo antes da descoberta do Japão, entre os anos de 1542 e 1543, o monarca português empenhado no comércio com Malaca e com as Molucas dá o seu aval para a fabricação de naus de maior tonelagem. Porém, essa medida estimulou ainda mais a pirataria nos mares do oriente. Logo, o monarca seguinte, Dom Sebastião I, retroage e como medida de segurança investe em embarcações mais leves e rápidas, porém de menor tonelagem⁴.

As naus que saíam da Europa e aportavam em Goa, quando entravam nos mares de A-Má, passavam para a jurisdição do governador de Macau. A este cabiam ainda as funções de embaixador e de capitão-mor das naus do Japão. Porém, sabe-se ao certo que esse cargo era temporário, ou seja, o governador de Macau deixava o posto a partir do retorno da sua primeira e única viagem ao Japão. Não é correto pensar que esse cargo temporário era menos digno no mundo das hierarquias do império português do que os demais. Ao contrário, enquanto as naus portuguesas da carreira do Japão não chegavam a Macau, o governador da dita cidade vivia das relações comerciais com as Molucas e principalmente com a China e junto dele, uma série de indivíduos se beneficiavam

¹ Todo o itinerário detalhado da grande nau de Macau está descrito no capítulo: A Grande Nau de Amacon. in BOXER, Charles Ralph. *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos de Macau, 1968.

² Nas palavras de A.J.R. RUSSEL-WOOD: “As estradas eram pouco maiores que trilhos e, quer se estiver no Brasil, em África ou na Ásia, o comércio e as comunicações entre os lugares povoados pelos portugueses eram, sempre que possíveis feitos por água” RUSSEL-WOOD A.J.R. *Portugal e o Mar: um mundo entrelaçado*. Lisboa: Pavilhão de Portugal – Expo’98, 1997. 43p.

³ Expressão inglesa que designa: “*fidalgos no extremo oriente*”. Utilizado pelo historiador Charles Ralph Boxer como título de sua obra. Ver também a versão traduzida para o português nas referências do presente trabalho.

⁴ Cfr. BOXER, Charles Ralph. *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos de Macau, 1968. 27-33p.

dessas atividades¹. Com relação à conquista comercial do extremo oriente, o historiador inglês Charles R. Boxer afirma que

a explicação para este fato é que depois de terem atingido a Índia, as Molucas e a China, os portugueses não estavam já prioritariamente interessados nas descobertas, mas sim no comércio. Isto era perfeitamente natural, e no qual dizia respeito ao oriente asiático, eles não tinham nenhuma razão para continuarem a cruzar esses mares tormentoso à procura de novos mundos para conquistar, uma vez que, primeiro a China e depois o Japão, forneceram um mercado mais que suficiente que para a sua ganância comercial quer para seu zelo religioso²

Se as redes comerciais do extremo oriente serviram para enriquecer tanto os cofres do reino português quanto daqueles indivíduos que viviam das atividades mercantis, o que podemos dizer do intercâmbio cultural que ambos os mundos tiveram a partir dessa experiência. Se por um lado as civilizações do extremo oriente, sobretudo, a China e o Japão concentravam suas visões de mundo, assim como os europeus, como sendo o próprio centro do mundo, do outro lado ambas as partes sentiram-se chocadas com tal encontro. Poderíamos destacar papel mais influente dos missionários no que diz respeito ao contato com as altas hierarquias locais do que propriamente os mercadores³. No caso da China, podemos destacar as descrições feitas pelo explorador português Jorge Álvares Este logo percebeu a situação delicada em que o Império do Meio se encontrava, porém vale ressaltar que o próprio explorador desconhecia ao certo os motivos que levaram os Ming a se fecharem ao exterior. Porém, assim como mais tarde foi com o missionário Matteo Ricci⁴, que Jorge Álvares percebeu que o imperador chinês e seus fidalgos estimavam, e muito, os produtos – *considerados por eles como relíquias* – que vinham do ocidente, assim como os gêneros africanos e até goeses⁵.

No caso do Japão, parece que os comerciantes tiveram mais êxito no contato do que com a própria China. A realidade da descoberta Japão pelos portugueses, tanto por Fernão Mendes Pinto (1542) quanto pelos exploradores Francisco Zeimoto, António Mota e António Peixoto (1543) parece ter sido a mesma. Nestes mesmos anos em que

¹ SÁ, Michele Eduarda Brasil de. Primeiras Relações Comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choques de culturas. *Textura: Revista de Letras e História*. Canoas: Universidade Luterana do Brasil. n°13 jan/jun, 2006. 49-55p.

² BOXER, Charles Ralph. *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos de Macau, 1968. 33p.

³ COSTA, João Paulo de Oliveira e. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto de História do Além-Mar, 1995.

⁴ D. SPENCE, Jonathan. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci: a história de uma viagem – da Europa da contra-reforma à China da dinastia Ming*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁵ SILVA, F. David e. Jorge Álvares: o primeiro marinheiro português em costas chinesas. *Revista da Armada*. n°410, jul., 2007.

se datam a possível descoberta do arquipélago, politicamente o país encontrava-se em meio da Sengoku Jidai¹. O poder local estava visivelmente descentralizado. Sabendo dessa realidade, os primeiros comerciantes portugueses trataram logo de estabelecer aliança com os líderes locais. Os chamados *daimyôs* foram por muitas vezes confundidos com os senhores europeus da idade média, assim como o país com a própria idade média européia². Esse fato tornou-se um dos preceitos de aproximação entre os povos. Para os primeiros portugueses, até então, os *japões*³, como eram chamados, não eram considerados tão bárbaros assim.

Como afirmou Tzvetan Todorov, as sociedades européias da idade moderna tendem a enxergar o outro a partir de si⁴. Por isso, mais uma vez vale lembrar que apesar da densa descrição involuntária com o qual os portugueses desempenharam frente a essas sociedades, o sentido antropológico pode ser descartado. Assim sendo, o esforço em se tentar compreender como agiam e pensavam os povos orientais está mais relacionado à necessidade de um contato profissional – *por parte dos mercadores* – do que um contato puramente humanitário ou religioso.

Apesar disso, parece que as primeiras impressões que os mercadores portugueses tiveram da sociedade japonesa os animou ainda mais para o estabelecimento de alianças. Assim como os mercadores, os missionários parecem ter notado que o grande obstáculo entre os povos seria a questão da língua⁵. É claro que não poderíamos deixar de mencionar que os mercadores portugueses, assim como os primeiros missionários dispunham de seus intérpretes locais e que segundo o historiador Serge Gruzinski, na verdade, esses híbridos eram frutos diretos do processo de mestiçagem cultural entre os

¹ Expressão japonesa da época que significava aproximadamente “*guerra feudal*” ou “*conflito entre senhores*”. COSTA, João Paulo de Oliveira e. A Unificação do Império Nipônico: segundo a ‘*História de Japão*’ de Luís Fróis. in COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: ensaios de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

² Cfr. Apêndice: O Feudalismo Japonês. in ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004. 433-459p.

³ Adjetivo pátrio utilizado pelos portugueses da época para se referirem aos habitantes do arquipélago do Japão.

⁴ O filósofo e lingüista búlgaro Tzvetan Todorov afirma que em grande parte, as sociedades de um modo geral tendem a julgar os costumes do outro, através de analogias retiradas dos seus próprios costumes. Cfr. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.1. 27p.

⁵ LABORINHO, Ana Paula. A Questão da Língua na Estratégia da Evangelização: as missões no Japão. in CARNEIRO, Roberto e MATOS, A. Teodoro de (dir) *O Século Cristão do Japão: atas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Lisboa: Barbosa e Xavier Ltda, 1994.

povos¹. Na visão de Clifford Geertz, por exemplo, assim como na de Pierre Bourdieu, o indivíduo que almeja a penetrar no campo dos símbolos de outra sociedade, deve ao menos dominar sua forma de falar e de escrever². Para esses autores esse é o passo fundamental para se poder compreender outra sociedade, assim como foi para os primeiros exploradores portugueses no Japão.

Outra forma de hibridismo notado a partir dos primeiros contatos entre os europeus e os *japões* foi à tentativa da introdução das armas de fogo, pelos portugueses no país. Como fora mencionado anteriormente, o Japão encontrava-se em guerra civil. Os primeiros portugueses logo notaram a afeição que os nipônicos tinham pela arte da guerra e por suas armas. Na visão ocidental da época, o Japão era um país ligado pelas relações de poder oriundas da força e da honra. A filosofia do *bushido* parecia ter penetrado a fundo na mente e nas almas dessas pessoas³. Em vista disso, a introdução das armas de fogo parece ter despertado o interesse de alguns *daimyôs* ligados aos portugueses, como o de Bungo, por exemplo. Tempos depois, quando Oda Nobunaga e seus generais iniciam o processo de unificação do país, logo caem nas graças da nova tecnologia bélica européia. De fato as armas de fogo deram grandes vitórias aos exércitos de Oda Nobunaga. Contudo, após sua morte em 1582, o general Toyotomi Hideyoshi assume o país e logo, antes mesmo da expulsão dos portugueses, o mesmo proíbe a utilização por parte dos senhores japoneses das armas de fogo portuguesas⁴.

Para um estrategista militar, por exemplo, essa medida parece ter sido tomada tendo em vista a tentativa de nivelar a tensão dos conflitos entre os *daimyôs*. Porém, aos nossos olhos, tais medidas podem revelar muito mais do que uma decisão diplomática. Assim como Oda Nobunaga havia percebido momentos antes de sua morte, Toyotomi Hideyoshi parece ter liderado uma luta contra os estrangeiros, com o objetivo de recuperar os *habitus* da sociedade nipônica que haviam sido modificados pela presença

¹ De acordo com a concepção do historiador Serge Gruzinski, o híbrido pode ser considerado o indivíduo ou elementos utilizados como intermediários entre duas realidades opostas. Estes elementos são capazes de transitar livremente entre duas civilizações opostas. Cfr. GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras 2001. 46-49p.

² Cfr. GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. e BOURDIEU, Pierre. Sérgio Miceli (org). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

³ O *bushido*, também interpretado como o “caminho do guerreiro”, era considerado um código de conduta não escrito que fornecia alguns parâmetros sociais para que o indivíduo nascesse e morresse com honra e dignidade. GOWEN, Herbert H. *História Del Japon: desde sus orígenes hasta nuestros dias*. Santiago do Chile: Ediciones Ercilla, 1942.

⁴ COSTA, João Paulo de Oliveira e. A Unificação do Império Nipônico: segundo a ‘*Historia de Japam*’ de Luís Fróis. in COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: ensaios de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

dos *namban-jin*¹s. Observamos a partir disso que em alguns casos, as mestiçagens, assim como pensa Serge Gruzinski, podem ser combatidas caso possam alterar profundamente as matrizes de uma sociedade². Seguindo esta lógica de raciocínio podemos chegar à prévia conclusão de que perseguição declarada aos cristãos em 1587 tenha ocorrido, tal qual como nos lembra George Winus e Bailey Diffe que

talvez ainda mais importante seja o fato de Toyotomi Hideyoshi e outros japoneses da classe dirigente deverem ter receado que o processo de cristianização [*e do contato com os estrangeiros*] levaria a uma obediência repartida e, finalmente, à deslealdade da parte dos seus súditos.³

Seguindo a visão da historiografia recente sobre as estruturas da modernidade, sabemos que nesta época, tanto na política quanto no imaginário coletivo, a esfera temporal caminhava junto com a espiritual. Por isso, é incorreto dizer que os homens dos quinhentos – *sobretudo os exploradores do oriente português* – se levavam apenas pela cobiça e pela ganância da economia mercantil, como certos autores chegaram a afirmar⁴. O próprio Fernão Mendes Pinto, em seus relatos, havia chamado a atenção da coroa portuguesa da necessidade do envio de missionários ao Japão, antes mesmo da chegada de São Francisco Xavier⁵. Contudo, analisaremos agora a ótica missionária a partir da expansão portuguesa no extremo oriente, sobretudo, no Japão.

Na ótica da sociedade quinhentista o mundo dos descobrimentos era extremamente exótico. Aos olhos daqueles indivíduos as civilizações descobertas simbolizavam uma mistura entre o atraente e o terrível. A mentalidade europeia da idade moderna ainda conseguia manter vivos alguns signos que expressavam a visão de mundo do homem medieval⁶. Por outro lado, em Portugal, por exemplo, a sociedade apresentava alguns aspectos de mudança na sua estrutura e estas mudanças possuem suas raízes históricas.

¹ O termo japonês *namban-jin* era utilizado pelos japoneses da época quando se referiam aos portugueses. Seu significado aproximado, hoje, seria o de “*bárbaros do sul*”.

² Serge Gruzinski também trabalha com a idéia de que as mestiçagens ou os híbridos podem ser desfeitos a partir do momento que determinada sociedade tem a consciência de que a mistura existe e está alterando as raízes estruturais dela mesma. Em vista disso temos outro processo, chamado de resistência. GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras 2001.

³ DIFIE, Bailey W. e WINIUS, George D. *A Fundação do Império Português (1415-1580)*. Lisboa: Veja, 1993. v.2. 185p.

⁴ Cfr. PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965. 31-75p.

⁵ PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005 2v.

⁶ DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. v.1.

Portugal é uma nação que se desenvolve precocemente e já no século XIII consegue consolidar-se como uma monarquia-nacional. Contudo, não me cabe resgatar aqui a gênese da formação do estado português. Mas o que não se deve deixar de lado é que a própria formação do reino foi caracterizada pela guerra. Guerra esta travada contra os mouros, durante todo o período da reconquista cristã. Sabemos também que as lutas com Castela eram uma constante na vida do jovem estado, contudo, os conflitos dessa natureza passaram a estimular ainda mais a rivalidade entre os dois reinos durante a época dos descobrimentos. Atrelado a isso, o fato de que Portugal havia travado uma cruzada contra os mouros e cruzada lusitana haveria de se expandir no decorrer de todo o processo dos descobrimentos portugueses, que se seguiram durante o século XVI. A aventura e gosto pelo desconhecido, associado às necessidades da economia mercantil e a conversão do gentio e a luta contra o infiel foram os pilares principais que legitimaram o projeto ultramarino português¹. Por isso, em qualquer canto do mundo que estivesse uma nau portuguesa, haveria sempre a presença da cruz da igreja católica. Esta por sua vez havia garantido aos reis de Portugal o direito do padroado sobre a evangelização dos povos para além do continente europeu².

Apesar da boa relação estabelecida entre Portugal e a igreja católica, a partir expansão ultramarina, a Europa do século XVI passava por momentos difíceis no que se refere a sua homogeneidade política e religiosa. Durante as três primeiras décadas dos quinhentos, as reformas protestantes haviam abalado as estruturas da unidade católica no velho continente, assim como impulsionaram a formação política e mental de outras monarquias-nacionais que logo se colocaram contra o poder das coroas ibéricas no mundo colonial, assim como o poder soberano da igreja católica. Porém, no sentido oposto a expansão da heresia luterana, a igreja católica não ficou para trás. O 19º Concílio de Trento, entre os anos de 1545 a 1563, estabeleceram as medidas ofensivas do catolicismo contra o avanço das novas heresias. Neste aspecto, a chamada contra-reforma católica determinou duas medidas que haveriam de reforçar as bases da igreja romana, por mais longos tempos. Estas duas medidas foram o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição nos países de origem católica, sobretudo, com

¹ THOMAZ, Luís Felipe F.R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

² Verbete: *Padroado do Oriente*. SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963.

grande força e atuação em Portugal e na Espanha, assim como o da autorização papal referente ao funcionamento da Companhia de Jesus, em 1540¹.

A historiadora Célia Cristina Tavares tem dedicado parte de seus estudos a um assunto ainda pouco explorado pela historiografia religiosa da época moderna, o da relação entre jesuítas e a inquisição. Na visão dessa autora, grande parte das medidas ortodoxas tomadas inquisição portuguesa no oriente eram justificadas pelo receio de que, em alguns casos, os próprios jesuítas fomentassem as brechas que facilitassem a volta da população nativa de conversos, a idolatria ou o retorno a religião islâmica. Entretanto, ao tratar da flexibilização das práticas jesuíticas, essa autora afirma que o fruto do espírito prático,

que marcou a ordem inaciana principalmente no trabalho missionário, iria conduzir a um esforço de aproximação cultural com os grupos sociais e étnicos a serem evangelizados, que pode ser exemplificado na catequese feita nas línguas dos povos submetidos à missão da Companhia de Jesus.²

Ainda em sua visão, *“tal aproximação não significou, ao menos inicialmente, uma ampla compreensão das diferenças do outro, mas sim de uma tática de identificação para facilitar o processo de conversão.”*³

Os estudos referentes ao papel da inquisição e, sobretudo dos jesuítas no mundo colonial nos remetem a um campo reflexivo ainda maior. Não podemos esquecer que os padres jesuítas eram homens que pertenciam ao seu próprio tempo, assim como o modelo de educação que recebiam. Apesar disso, o historiador Arno Wehling afirma que no mundo colonial a escolástica jesuítica tomista optou pela autonomia de sua filosofia no campo da evangelização dos povos. Este historiador estabelece três metas que definiram o pensamento jesuítico no mundo colonial. O primeiro estava ligado ao alto grau de ligação com a mentalidade dogmática européia da congregação. O segundo relacionado com o privilégio da religiosidade do homem como forma de teologizar sua

¹ MOUSNIER, Roland. *Os Séculos XVI e XVII: os progressos da civilização européia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

² TAVARES, Célia Cristina da Silva. Rotas da Fé: inquisição e missão no oriente português. in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. Carlos Jucá de e CAMPOS, Adriana Pereira *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006. 301p.

³ TAVARES, Célia Cristina da Silva. Rotas da Fé: inquisição e missão no oriente português. in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. Carlos Jucá de e CAMPOS, Adriana Pereira *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006. 301p.

vida e seu cotidiano. Já o terceiro ligado com a preocupação pedagógica e moralizante como forma de influenciar e moldar comportamentos¹.

Podemos observar que no mundo colonial o homem-jesuíta, por mais que fosse dogmático e etnocêntrico, foi obrigado a desvincular-se de seus paradigmas, e até mesmo emergir nos valores do outro para melhor compreender este mundo desconhecido e suas civilizações exóticas. Por mais que a historiadora Célia Cristina Tavares tenha sublinhado que essa inversão de posição funcionava como parte da estratégia evangelizadora, o fato é que esses missionários deram o primeiro passo para uma aproximação entre culturas.

Esta aproximação, ou se preferimos dizer, essa magna estratégia de evangelização foi característica de todo o processo missionário no oriente português. Agora nos concentremos no caso do Japão. Vimos anteriormente que a chegada dos portugueses ao extremo oriente se caracterizou pelo desdobramento das relações comerciais. Assim como também vimos que os primeiros aventureiros e comerciantes portugueses deixaram indícios importantíssimos que estimularam a ação missionária. Na dinâmica do trânsito das rotas marítimas no oriente português, o historiador Charles Ralph Boxer afirma que em geral, os missionários sempre acompanhavam os comerciantes, assim como os comerciantes sempre dependiam das atividades de evangelização e foi assim que aconteceu com o caso do Japão². Os primeiros missionários liderados pelo próprio Francisco Xavier atracaram em Kyushu em 1549, ou seja, em torno de sete ou oito anos depois dos mercadores portugueses.

Apesar de quase sempre caminharem no rastro dos mercadores, os missionários jesuítas, até por conta do refinamento da sua educação, conseguiam rapidamente construir uma rede de informações e materiais, que muitas das vezes serviam de guias ou de instruções para os demais, de como se comportarem diante dessas civilizações³. E assim foi com o caso do extremo oriente e do Japão. Escritos e obras como as do padre Luís Fróis e as do padre Alessandro Valignano, por exemplo, serviam se manuais não

¹ WEHLING, Arno. O Pensamento Jesuítico no Brasil Colonial. in [S.A] *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2001. v.2.

² Como reforça Charles Ralph Boxer: “Os missionários confiam no evangelho e os mercadores nos missionários”. BOXER, Charles Ralph. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982. 71p.

³ FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. in HESPANHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

só para os missionários, mas também para qualquer europeu que se aventurassem no Japão¹.

Na ótica de Serge Gruzinski, podemos dizer que os missionários do Japão, assim como seus intérpretes, atuaram como principais mediadores entre os comerciantes portugueses e os *daimyôs* interessados no comércio luso-nipônico². Vimos que as relações comerciais com as elites locais partiam de uma política de alianças. Assim sendo, a presença dos missionários tornou-se indispensável na política de aliança, quando estes avançaram no grau de compreensão da civilização japonesa. Por mais que os interesses do projeto colonial de mercadores e missionários fossem análogos, ambos precisavam um do outro. De um lado é necessário recordar que as viagens do Japão eram monopólio da grande nau de Macau, que era controlada pelo próprio governador da cidade e tripulada por marinheiros, comerciantes e homens leigos. Do outro lado, os comerciantes acabavam utilizando-se da estratégia jesuítica de aproximação para decodificar os símbolos da sociedade nipônica.

O ápice das boas relações entre jesuítas e comerciantes se deu diante da liderança do país, em meio a Sengoku Jidai, de Oda Nobunaga. Este *daimyô* também auto-intitulando de *tenka*³ conseguiu subjugar e tornar vassalos grande parte dos outros senhores nipônicos. Líder engenhoso e de personalidade forte, Oda Nobunaga logo reconheceu que os bonzos da doutrina Zem eram um grande empecilho a unificação política do Japão, pois estes monges guerreiros constituíam verdadeiras unidades autônomas de resistência dentro país. Por isso, Oda Nobunaga sabiamente percebeu que os missionários *namban-jin* seriam um importantíssimo aliado contra o poder dos bonzos, uma vez que eles também prejudicavam o processo de evangelização⁴.

As boas relações diplomáticas entre os missionários e o *tenka* beneficiavam os mercadores à medida que os jesuítas preparavam todo o terreno seguro necessário para abrigar as naus portuguesas, isso sem contar que a política de aliança estabelecida com

¹ Cfr. FRÓIS, Luís. *Tratado das Contradições e Diferenças de Costumes entre a Europa e o Japão*. Macau: Instituto Português do Oriente, 2001. e Cfr. VALIGNANO, Alexandro. *II cerimoniale per i Missionari Del Giappone: advertimentos e avisos acerca dos costumes e catangues de Jappão*. Roma, 1946.

² GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³ Do japonês, *tenka* designa “aquele que está abaixo dos céus”. Oda Nobunaga gostava de se chamar assim como meio de afronta aos demais senhores nobres japoneses. Ver o termo no glossário de verbetes em: YAMASHIRO, José. *Pequena História do Japão*. São Paulo: Editora Herder, 1964.

⁴ FELDMANN, Helmut. As Disputas de São Francisco Xavier com os Bonzos da Doutrina Zem Relatadas por Luís Fróis, SJ e João Rodrigues, SJ. in CARNEIRO, Roberto e MATOS, A. Teodoro de (dir) *O Século Cristão do Japão: atas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Lisboa: Barbosa e Xavier Ltda, 1994.

os vassallos diretos de Oda Nobunaga significava também mercado garantido para os comerciantes lusitanos. Isso sem falar na engenhosa exploração do gosto pelo exótico despertado nas elites nipônicas. O próprio Luís Fróis chega a comentar em suas correspondências o interesse que a nobreza japonesa tinha nos artigos ocidentais trazidos pelos mercadores portugueses¹. O gosto pelo exótico também aguçava o interesse das elites nipônicas e os comerciantes portugueses souberam, e muito explorar isso. Contudo, as boas relações entre os jesuítas e os comerciantes portugueses começariam a ser abaladas a partir da ascensão de Toyotomi Hideyoshi, pois os interesses dos comerciantes e dos missionários começaram a trilhar caminhos diferentes. Este outro grande general pensava diferente do seu antecessor. Até por que em termos de território, a Sengoku Jidai se encontrava em outro estágio. Toyotomi Hideyoshi havia avançado a partir das conquistas de Oda Nobunaga. Agora com a união dos exércitos, o *kampaku*² comandou o avanço sobre as comunidades autônomas dos bonzos e aos poucos a posição estratégica que os missionários ocupavam desde Oda Nobunaga começava a perder a importância. Isso sem falar no fora comentado acima que Toyotomi Hideyoshi possuía a visão de que os missionários, assim como os demais estrangeiros constituíam uma ameaça a homogeneidade cultural de sua civilização e foi esse um dos motivos que levaram a publicação do Édito de Hakata em 1587, legitimando a perseguição aos cristãos³. Era o início do fim das relações luso-nipônicas, pois a partir desta data os missionários atuaram na clandestinidade. Muitas das vezes eram obrigados a se fazerem passar pela população local em vestes e em *habitus*. Tal fato estimulou cada vez mais a repulsa dos estrangeiros por Toyotomi Hideyoshi e, posteriormente pelos Tokugawa⁴. Mesmo assim, apesar das dificuldades, na ótica da teoria de Serge Gruzinski, esses missionários relutantes que tiveram que ir além de suas estruturas dogmáticas, assim como as poucas comunidades cristãs que sobreviveram no Japão, como as de Nagasaki, por exemplo, são características da formação perfeita dos

¹ Cfr. as primeiras cartas do dito padre compiladas em: [S.A.] *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Jesus Escreveram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)* Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997.

² Do japonês, o termo *kampaku* significa o “regente supremo”, ou seja, o *daimyô* que estava mais próximo do *shogun*. Ver o termo no glossário de verbetes em: YAMASHIRO, José. *Pequena História do Japão*. São Paulo: Editora Herder, 1964.

³ DIFFIE, Bailey W. e WINIUS, George D. *A Fundação do Império Português (1415-1580)*. Lisboa: Veja, 1993. v.2.

⁴ COSTA, João Paulo de Oliveira e. A Unificação do Império Nipônico: segundo a ‘*Historia de Japam*’ de Luís Fróis. in COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: ensaios de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

híbridos gerados a partir do contato entre duas civilizações completamente análogas para a época¹.

Podemos concluir a partir desse estudo que missionários e comerciantes tinham papéis distintos no oriente português. O caso do Japão nos estimula a pensar que apesar da dicotomia entre esses dois segmentos sociais, ambos precisavam um do outro, pois de um lado, os comerciantes, assim como os aventureiros – *levados pela fama ou pela fortuna* – abriam espaço nesse universo territorial desconhecido que era o extremo oriente. Do outro lado, esses mesmo exploradores precisavam decodificar os símbolos culturais dessas civilizações, outrora consideradas exóticas e por isso, precisavam dos missionários. Estes por sua vez aproveitavam-se dos mercadores para obter segurança nos mares, ora freqüentados por piratas, isso sem contar de que no caso do Japão, foram eles os primeiros a estabelecerem o contato inicial com essa sociedade, logo, já teriam fixado em terra o epicentro da zona missionária no arquipélago. Assim sendo, o resultado dessa breve experiência luso-nipônica que se encerra, na verdade por volta de 1640 com a instauração do período Sakoku foi à criação de uma tímida sociedade de híbridos, e que no decorrer do processo de reconhecimento desse espaço concreto e simbólico, acabaram influenciando no *habitus* de ambas as partes².

¹ GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

² Cfr. GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. e Cfr. BOURDIEU, Pierre. Sérgio Micelli (org). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

Referências

- [S.A.] *Cartas Que os Padres e Irmaos da Companhia de Iesus Escreueram dos Reynos de Japao & China (1549-1580)* Ed. Fac-sim de Évora, 1598. Maia: Castoliva Editora, 1997.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986.
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa: a formação do império (1415-1570)*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. v.1.
- BOURDIEU, Pierre. Sérgio Micelli (org). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- BOXER Charles Ralph. *The Christian Century in Japan (1549-1650)*. Califórnia: University of California Press, 1951.
- _____. *The Great Ship from Amacon: annals of Mação and the old Japan trade (1555-1640)*. Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos, 1959.
- _____. *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos de Macau, 1968.
- _____. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- _____. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- _____. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CHAUNU, Pierre. *Conquista e Exploração dos Novos Mundos (século XVI)*. São Paulo: Ed. USP, 1969.
- COOPER, Michael. The Mechanics of the Macao-Nagasaki Silk Trade. *Monumenta Nipponica*. vol.27, nº4, 1972.
- CORTESÃO, Armando. A Expansão Portuguesa através do Pacífico. BAIÃO, Antônio (coord). *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 1939. v.2.
- COSTA, João Paulo de Oliveira e. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto de História do Além-Mar, 1995.

_____. A Unificação do Império Nipônico: segundo a '*Historia de Japam*' de Luís Fróis. COSTA, João Paulo de Oliveira e. *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: ensaios de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

D. SPENCE, Jonathan. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci: a história de uma viagem – da Europa da contra-reforma à China da dinastia Ming*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. v.1.

DIFFIE, Bailey W. e WINIUS, George D. *A Fundação do Império Português (1415-1580)*. Lisboa: Veja, 1993. v.2.

FELDMANN, Helmut. As Disputas de São Francisco Xavier com os Bonzos da Doutrina Zem Relatadas por Luís Fróis, SJ e João Rodrigues, SJ. CARNEIRO, Roberto e MATOS, A. Teodoro de (dir) *O Século Cristão do Japão: atas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Lisboa: Barbosa e Xavier Ltda, 1994.

FLORES, Jorge. Um Império de Objetivos. HESPANHA, António Manuel de (dir) *Os Construtores do Oriente Português*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

FRÓIS, Luís. *Tratado das Contradições e Diferenças de Costumes entre a Europa e o Japão*. Macau: Instituto Português do Oriente, 2001.

GADDIS, John. *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GOWEN, Herbert H. *História Del Japon: desde sus orígenes hasta nuestros dias*. Santiago do Chile: Ediciones Ercilla, 1942.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LABORINHO, Ana Paula. A Questão da Língua na Estratégia da Evangelização: as missões no Japão. CARNEIRO, Roberto e MATOS, A. Teodoro de (dir) *O Século Cristão do Japão: atas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Lisboa: Barbosa e Xavier Ltda, 1994.

MARTINS, Maria Odete Soares. *A Missionaçã nas Molucas no Século XVI: contribuindo para o estudo da ação dos jesuítas no oriente*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002.

MOUSNIER, Roland. *Os Séculos XVI e XVII: os progressos da civilização européia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

PEARSON, M.N. *Os Portugueses na Índia*. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005 2v.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Portugal e o Mar: um mundo entrelaçado*. Lisboa: Pavilhão de Portugal – Expo'98, 1997.

_____. *A Sociedade Portuguesa no Ultramar*. BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa: a formação do império (1415-1570)*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. v.1.

SÁ, Michele Eduarda Brasil de. Primeiras Relações Comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choques de culturas. *Textura: Revista de Letras e História*. Canoas: Universidade Luterana do Brasil. n°13 jan/jun, 2006.

SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a Chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Lucifel, 1998.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963.

SILVA, F. David e. Jorge Álvares: o primeiro marinheiro português em costas chinesas. *Revista da Armada*. n°410, jul., 2007.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. Rotas da Fé: inquisição e missionação no oriente português. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. Carlos Jucá de e CAMPOS, Adriana Pereira *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006.

THOMAZ, Luís Felipe F.R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.1.

VALIGNANO, Alexandro. *II cerimoniale per i Missionari Del Giapponne: advertimentos e avisos acerca dos costumes e catangues de Jappão*. Roma, 1946.

WEHLING, Arno. *O Pensamento Jesuítico no Brasil Colonial*. [S.A] *Brasil e Portugal: 500 anos de enlases e desenlases*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2001. v.2.

WESSELING, Henk. História do Além-mar. BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

YAMASHIRO, José. *Pequena História do Japão*. São Paulo: Editora Herder, 1964.